



UMA ANÁLISE DAS DEZ FALÁCIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

Brunno Leonarczyk Bomfim¹
Daniel Rubens Cenci²
Raquel Feistel Pinto³

RESUMO

O presente artigo busca fazer uma análise das dez falácias que impedem ou atrapalham o desenvolvimento, não apenas econômico, mas também social, na América Latina e, principalmente, no Brasil. Além disso, para cada uma delas, serão analisados os resultados que as falácias causam na economia e na sociedade, além de buscar saídas para superar as mesmas. Portanto, são abordados diversos temas, como a responsabilidade social, a ética, a desigualdade, as liberdades, as capacidades e, principalmente, tentar mostrar ao leitor a necessidade de unir a economia aos problemas sociais.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Liberdade. Estado. Economia. Política.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é sintetizar o capítulo “Dez falácias sobre os problemas sociais na América Latina” do livro *Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social* de Bernardo Kliksberg (2003, p. 13-46), que traz dez afirmações, ou dez convicções, que acabam obstruindo o desenvolvimento da maioria dos países da América Latina. O autor busca, ao longo de seu texto, trazer as falácias à luz, explicando-as e mostrando seus resultados, além de, sempre que possível, tentar trazer soluções. Entretanto, fez-se necessário trazer informações atualizadas, extraídas do banco de dados do CEPAL, com o fim de contextualizar a crítica do autor no cenário atual.

Entretanto, se faz necessário agregar informações de outras publicações que possuem o mesmo foco, destacando-se as de Amartya Sen, que fazem, assim como as de Kliksberg, uma defesa convicta das liberdades individuais, de uma atuação social do Estado, redução das desigualdades e uma característica clara de mostrar que, principalmente, a saúde e a educação

¹ Acadêmico do curso de Direito pela UNIJuÍ, atualmente no quarto semestre; aluno Bolsista de Iniciação Científica (CNPQ); E-mail: bleonarczykbomfim@bol.com.br

² Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba; professor da UNIJuÍ nos cursos de Direito e Mestrado em Direitos Humanos. E-mail: danielr@unijui.edu.br.

³ Mestranda em Direitos Humanos da UNIJuÍ; especialista em Gestão de Pessoas; graduada em Direito pela UNIJuÍ. E-mail: raquelf@unijui.edu.br.



são boas saídas. Mostra-se também o importante papel, não só do Estado, mas também da sociedade civil que, infelizmente, tem muita vontade, mas pouca possibilidade e auxílio para agir em benefício das comunidades.

Busca-se aqui, em suma, demonstrar ao leitor que, em todas as falácias citadas ao longo no presente artigo, há uma desvalorização de diversos agentes importantes, um foco exclusivamente econômico e uma clara supremacia de uns sobre outros. Uma atuação exageradamente vertical de um Estado que, sem dar atenção a todos, acaba por obstruir o desenvolvimento social acarretando, mais tarde, em problemas econômicos que sempre afetam as comunidades mais pobres, ou seja, justamente aqueles que mais precisam de ajuda.

2 FALÁCIAS SOBRE OS PROBLEMAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Quando os latino-americanos foram questionados se estavam vivendo melhor ou pior que seus pais, “apenas 17% afirmaram que viviam melhor, pois a grande maioria dizia que sua situação havia piorado⁴” (KLIKSBERG, 2003, p. 13). Apesar de crerem na democracia e nos seus ideais, apenas 35% estão satisfeitos com o funcionamento da mesma⁵. Segundo Kliksberg, “os latino-americanos escolheram a democracia como forma de vida e a respaldam de forma consistente, porém “democraticamente” estão bastante descontentes com seu desempenho concreto” (2003, p. 13).

Entre as causas de insatisfação, as econômico-sociais têm um peso decisivo. Muitos consideram que a pobreza vem piorando, carências na oportunidade de trabalho, problemas no acesso a saúde, educação de boa qualidade escassa, incerteza trabalhista e salários baixos, são apenas algumas demonstrações. Os únicos países em que se manifesta satisfação alta com o regime democrático são o Uruguai e a Costa Rica, “onde mais de 60% da população mostra-se satisfeita com seu funcionamento” (KLIKSBERG, 2003, p. 14). Curiosamente, ambos os países possuem baixos índices de desigualdade e elaboraram sistemas avançados de proteção social (KLIKSBERG, 2003, p. 14).

⁴ Cabe destacar os dados do CEPAL sobre a porcentagem de pessoas que acham que seus filhos viverão melhor no futuro, com relação ao Brasil, olhando um pouco para o futuro. Em 2000, apenas 55% acreditavam que seus filhos viveriam melhor, entretanto, a porcentagem sobe atingindo 78% em 2007 e vai variando de ano a ano chegando a 69% em 2013.

⁵ O nível de democracia no Brasil de acordo com a percepção dos cidadãos não se encontra muito elevado. No ano de 2015, a taxa era de 5.2 (em uma escala que vai de 1 a 10, onde 1 é baixa democracia e 10 refere-se ao país totalmente democrático, de acordo com os olhos do cidadão), diferentemente dos dados de 2010, mais elevados, que mostram 7.2 (CEPAL).



O problema é que os avanços na América Latina são obstruídos por uma série de obstáculos, se julgarmos pelos resultados insatisfatórios adquiridos até o momento. Podemos citar a manutenção de privilégios a alguns, que beneficiam a continuidade da situação atual, dificuldade de inserção na economia internacional e funcionamento defeituoso das instituições (KLIKSBERG, 2003, p. 14). Conforme afirma Kliksberg,

Soma-se a circulação profusa de certas falácias sobre os problemas sociais que levam à adoção de políticas errôneas e a empreender caminhos que afastam a saída do longo túnel ao qual se submete boa parte da população. Não são o único fator de atraso, mas claramente seu peso muito forte em setores com muita influência na tomada de decisões obstrui seriamente a busca de alternativas renovadoras e a passagem para uma nova geração de políticas econômicas e sociais (2003, p. 14).

Com essa afirmação de Bernardo Kliksberg é possível perceber que alguns argumentos superficiais, quando tomados como verdade, podem ser extremamente prejudiciais para uma região. Este capítulo buscará tratar das principais falácias com uma análise de sua consistência, ou melhor, veracidade prática, com o fim de buscar uma reflexão.

2.1 A minimização da pobreza

Os estudos sobre a pobreza na American Latina se cruzam em dois pontos: o número de pessoas sob a linha da pobreza é muito elevado e há uma tendência de aumentos desses números nos últimos 20 anos. A população em situação de pobreza cresceu de 204 milhões a não menos de 220 milhões entre 1997 e 2000⁶. Segundo Kliksberg,

A partir dos anos 1980 se produz uma firme elevação do número de pessoas que ganham menos de dois dólares diários. [...] em toda a América havia, entre 1970 e 1980, 50 milhões de pobres e indigentes, mas que em 1998 já eram 192 milhões. [...] se encontra em situação de pobreza quase a metade dos habitantes da América Latina e do Caribe (2003, p. 15-16).

Além disso, a desigualdade também atinge os setores juvenis da sociedade, conforme dados trazidos por Bernardo Kliksberg e Amartya Sen, o desemprego dos jovens de 15 a 24 anos em 2000 era 2,5 vezes maior que o desemprego global, agravando-se para quatro vezes mais entre os 15 e os 19 anos, além disso, o desemprego entre os jovens é cinco vezes maior que o desemprego entre adultos com mais de 45 anos⁷ (KLIKSBERG e SEN, 2010, p. 218).

⁶ É possível perceber uma melhora no Brasil na questão da pobreza. Em 1990 esta era de 48%, em 2001 era de 37.5%, em 2008 era 25.8% e em 2014 era de 16.5% (CEPAL).

⁷ Segundo dados do CEPAL, no Brasil, o desemprego em 2014 era de 18.3% entre jovens de 15 a 24 anos e 3.1% entre adultos com mais de 45 anos.



Levando estes dados para a renda, que aqui mais nos interessa, em 2005, “um de cada quatro jovens entre os 20% mais pobres da população jovem estava desempregado, ante um de cada 15 entre os 20% mais ricos” (SEN e KLIKSBURG, 2010, p. 219). Em uma análise mais global das desigualdades,

Ao focar as desigualdades persistentes e cada vez mais profundas na distribuição de renda no espaço da economia capitalista mundial, a expansão da industrialização não cumpriu o que prometia. Houve muita industrialização [...] com incalculáveis custos humanos e ecológicos para a maioria das pessoas envolvidas. Mas houve pouca “equiparação” com o padrão de riqueza estabelecido pelo Ocidente. A industrialização [...] não conseguiu cumprir suas promessas e esse fracasso está na raiz dos sérios problemas enfrentados atualmente pela maior parte dos países do Leste e do Sul (ARRIGHI, 1997, p. 256).

As várias desigualdades, que vão além das supracitadas, seriam mais facilmente combatidas se não fosse por algumas afirmações, como “Pobres há em todos os lugares” e “que pobres existiram sempre”. Pobres há em todos os lugares, entretanto, as cifras de pobreza divergem, enquanto que nos países desenvolvidos as taxas são em torno de 15%, sendo que em alguns países mais pobres, ou em desenvolvimento, a taxa chega a quase metade da população. Além disso, não se pode dizer que pobres sempre existiram, é necessário questionar o porquê dos pobres existirem em determinada época e lugar, para chegar a soluções (KLIKSBURG, 2003, p. 16-17). Essa falácia

Entranha um importante problema ético. Não só não oferece soluções aos pobres, o que leva à perduração e acentuação de situações de exclusão humana antiéticas, que vai ainda mais longe, através da minimização e relativização, está questionando a própria existência do pobre (KLIKSBURG, 2003, p. 18).

Afinal de contas, se há pobres em todos os lugares, e sempre existiram, não há razão para solucionar o problema, ou melhor, não há razões para nem mesmo dar prioridade a situação dos pobres. Desse ponto de vista, surgem políticas públicas totalmente despreocupadas com a situação das classes inferiores da sociedade.

2.2 A paciência

Com frequência nos é trazida uma ideia de “paciência histórica”, que, segundo Kliksberg, a “mensagem que está sendo enviada de fato é de que a pobreza pode esperar” (2003, p. 18). O impacto da desigualdade sobre a pobreza é trazido por Amartya Sen e Bernardo Kliksberg, segundo eles, ocorreu um “excesso de pobreza” causado pelo aumento da desigualdade,



principalmente durante e após as ditaduras militares e políticas ortodoxas, que acabou por duplicá-la (2010, p. 153-154). A pobreza supracitada, por exemplo, criou um grande peso sobre as crianças e os adolescentes da América Latina, pois, em 1997,

58% das crianças menores de cinco anos da região eram pobres, o mesmo acontecia com 57% das crianças de 6 a 12 anos, e com 47% dos adolescentes de 13 a 19 anos. Formando os menores de vinte anos, em seu conjunto, 44% da população da região, representavam, por sua vez, 54% de todos os pobres⁸ (KLIKSBURG, 2003, p. 18-19).

O problema não é apenas a pobreza, mas sim suas consequências. As crianças são os pobres da América Latina e, ao mesmo tempo, as mais vulneráveis. Um dos problemas que a pobreza pode trazer para uma criança é a má alimentação, que pode acarretar atrasos no desenvolvimento da linguagem, na evolução visual e motora e dificuldades no desenvolvimento geral, ou seja, danos irreversíveis (KLIKSBURG, 2003, p. 19). Logo, danos irreversíveis não podem esperar, pois a falta de alimentação é apenas uma dentre várias expressões da pobreza que causam danos irreparáveis.

2.3 Basta o crescimento econômico

A experiência da América Latina e de outras regiões do globo nos mostra que o crescimento do produto total de uma sociedade é imprescindível, pois auxilia no desenvolvimento de tecnologias, na competitividade e traz um clima de estabilidade econômica. Porém, não se pode reduzir o tema do desenvolvimento a apenas crescimento econômico, pois assim é impossível combater os demais problemas sociais (KLIKSBURG, 2003, p. 22-23). Um exemplo disso é trazido por Amartya Sen e Bernardo Kliksberg:

É bastante intrigante perceber que as populações do Sri Lanka, China e o estado indiano de Kerala têm longevidade muito mais alta do que as da África do Sul, Brasil e Gabão, embora o PNB *per capita* destas economias seja muitas vezes mais alto do que daquelas (2010, p. 107).

Logo, é importante notar que apesar da conexão geral entre renda *per capita* e expectativa de vida, no exemplo supracitado, que se reflete em muitas comparações entre países, existem lacunas significativas nessa relação (SEN e KLIKSBURG, 2010, p. 107). Além

⁸ De fato, no Brasil também se pode fazer a constatação de que as crianças são as mais afetadas pela pobreza. Conforme dados do CEPAL, em 1990 a pobreza atingia 59.8% das crianças de 0 a 14 anos, em 2001 atingia 54.6% das crianças de 0 a 14 anos e em 2014 atingia 30.3%, sendo que a média de pobreza da população total era de 47.7% (1990), 37,4% (2001) e 16.5% (2014).



do crescimento, portanto, é necessário um crescimento de qualidade, sendo decisiva “a estrutura do crescimento, suas prioridades, vias de desenvolvimento, setores beneficiados” (KLIKSBERG, 2003, p. 23).

Essa visão de que o crescimento do produto bruto *per capita* basta para a economia passa a ideia de que só este é um dado importante, entretanto, a ONU ataca de modo radical esse arrazoamento com “o paradigma do crescimento humano” (KLIKSBERG, 2003, p. 23). Com isso, a ONU apresentou um novo índice de desenvolvimento humano, que reflete a realidade de vários países em áreas como:

Expectativa de vida, população com acesso a serviços de saúde, população com acesso a água potável, população com acesso a serviços de coleta de esgoto e detritos, escolaridade, mortalidade infantil, produto bruto per capita ponderado pela distribuição de renda (KLIKSBERG, 2003, p. 24).

No exemplo trazido anteriormente, é possível localizar algumas características importantes sobre os países China, Sri Lanka e o Estado indiano de Kerala que dizem respeito ao paradigma do crescimento. Além da maior longevidade, já citada, existem políticas públicas nesses países que melhoravam o acesso à água potável, saúde, instalações sanitárias, eletricidade e assistência médica (KLIKSBERG, 2003, p. 24). Além disso, podemos citar uma educação de maior qualidade e principalmente uma melhor distribuição de renda, logo, “tudo isso levou a que os países supostamente mais pobres em termos de renda fossem mais bem-sucedidos na saúde e na expectativa de vida” (KLIKSBERG, 2003, p. 25). Isso só nos mostra que o crescimento econômico, quando não é acompanhado de desenvolvimento social, não beneficia a todos.

2.4 A desigualdade é natural e não um obstáculo para o desenvolvimento

Essa tese parte de ideias liberais, onde a concentração de renda nas mãos de poucos é vista como uma forma de aumento de desenvolvimento, pois cria maiores capacidades de investimento, entretanto, segundo Kliksberg, essas teorias tem relação maior com países desenvolvidos, logo não tem aplicabilidade em países não desenvolvidos (2003, p. 26). Antes de trabalhar essa falácia, é interessante falar sobre as comparações feitas por Amartya Sen e



Bernardo Kliksberg entre os coeficientes de Gini⁹ e a defasagem de renda, onde se tira a conclusão que

Os coeficientes latino-americanos são muito superiores aos dos Estados Unidos e Espanha. Há uma acentuada concentração de renda. No Brasil, os 10% mais ricos possuíam 44,8% da renda total, enquanto na Espanha a taxa era de 26,6%. Os 20% mais pobres, por sua vez, mais do que duplicavam, na Espanha, a renda que possuíam no Brasil. Em consequência, enquanto no Brasil a distância entre os 10% mais pobres e os 10% mais ricos era de 51,3 vezes; na Espanha, 10,3 vezes. Em outros países, como Coreia (7,8), Noruega (6,1), Suécia (6,2) e Finlândia (5,6), ele era ainda melhor (2010, p. 146).

É importante falar sobre desigualdade, pois ela gera vários efeitos regressivos na economia, na vida pessoal e familiar, e no desenvolvimento democrático. A desigualdade também gera muita pobreza e, como cita Bernardo Kliksberg, reduz a formação da poupança nacional, estreita o mercado interno, atrapalha a saúde pública, impede a formação de mais capital humano qualificado, deteriora a confiança da sociedade nas instituições básicas e na classe política (2003, p. 28). É interessante trazer aqui a relação direta entre bem-estar dos indivíduos e a desigualdade, pois

O aspecto do bem-estar de uma pessoa tem grande importância por si mesmo para a análise da desigualdade pessoal e apreciação da política pública. Problemas de injustiça e desigualdades sociais entre diferentes classes e grupos relacionam-se fortemente com extensas disparidades no bem-estar (SEN, 2001, p. 121).

A desigualdade não é natural, como pretende a falácia, mas é “consequência de estruturas regressivas e políticas erradas que a potencializaram” (KLIKSBERG, 2003, p. 28). Além disso, a maioria dos países latino-americanos que realizaram reformas econômicas pró-mercado, durante as duas últimas décadas, sofreram também sérios incrementos na desigualdade (KLIKSBERG, 2010, p. 29).

Outra faceta também é desmentida pela realidade, pois a desigualdade não se atenua ou modera sozinha. Pelo contrário, a desigualdade age como se fosse uma doença, que vai “contaminando” os setores da sociedade. Um bom exemplo é a dificuldade, apesar de todos os esforços, em melhorar a situação educativa da população pobre, pois as desigualdades em outras áreas, como ocupação e renda acabam conspirando contra as reformas educacionais, sendo que, ainda, as desigualdades educacionais acabam gerando, mais tarde, brechas no mercado de

⁹ No Brasil, os coeficientes de Gini, conforme dados do CEPAL, eram de 0.627 em 1990, 0.639 em 2001, 0.594 em 2008 e 0.548 em 2014, sendo que quanto mais próximo de 0 é o número, menor é a desigualdade de renda, logo, pode ser dito que houve uma evolução.



trabalho. Logo, percebe-se que a desigualdade se multiplica, se reproduz. Como afirma Kliksberg, “sem ações em contrário, as polarizações tendem a crescer e ampliar-se [...] mostrado pela conformação crescente em numerosas sociedades de uma dualidade central: incluídos e excluídos” (2003, p. 29).

2.5 Desvalorização da Política Social

Considerar a política social nos termos de “uma categoria inferior, concessão à política, uso subotimizante de recursos, conforma uma falácia que está afetando seriamente a região” (KLIKSBERG, 2003, p. 30). Atender às necessidades sociais não é uma concessão, mas sim um fundamento da democracia, uma questão de direitos humanos, isso é constatado quando se consulta a população a respeito do assunto, que dificilmente pede que se reduzam as políticas sociais, mas sim, que às reforcem, ampliem e renovem (KLIKSBERG, 2003, p. 30). Interessamos o que diz Amartya Sen,

A expectativa de vida não se eleva com o PNB per capita, [...] a relação tende a funcionar particularmente por meio do dispêndio público com serviços de saúde e por meio do êxito na eliminação da pobreza. O principal é que o impacto do crescimento econômico depende muito do modo como seus frutos são aproveitados (SEN, 2000, p. 61).

Logo, é muito difícil dizer que os investimentos em políticas sociais não dão retorno, ou que são pouco eficientes, pois estes reduzem os problemas sociais e as desigualdades. A taxa de retorno em educação, por exemplo, é uma das mais altas possíveis para uma sociedade. Conforme afirma Kliksberg, “alguns dos países mais bem-sucedidos do planeta nos mercados internacionais estão exportando produtos basicamente como “high tech” totalmente baseados no capital educativo que souberam desenvolver” (2003, p. 31). Podemos ainda citar que a gravidez indesejada em meninas é reduzida com investimentos na educação, ou ainda, que o acesso à água potável pela sociedade diminui as chances de doenças, aumentando a produtividade econômica (KLIKSBERG, 2003, p. 31).

É errado dizer que há um “gasto social”, o que existe, na verdade, é um investimento de alto retorno, pois “a política social bem delineada e eficientemente executada é um poderoso instrumento de desenvolvimento produtivo” (KLIKSBERG, 2003, p. 31). Logo, é extremamente necessário que a América Latina não pense mais em “assistência pública”, recolhendo os mortos e feridos deixados pela política econômica, é necessário políticas públicas



que potencializem o capital humano, base essencial de qualquer desenvolvimento econômico sustentado (KLIKSBERG, p. 32).

2.6 A maniqueização do Estado

No pensamento econômico convencional, se tem feito muito esforço para passar a ideia de que há uma falta de legitimidade por parte do Estado, associando-se a ideia de que o Estado não é eficiente, corruptível, exageradamente burocrático e desperdiça recursos. O Estado tem vários problemas, entretanto, o processo de eliminação de suas funções, muitas vezes as mais básicas, não tem gerado bons resultados. Isso ocorre, pois, por exemplo, no caso da corrupção¹⁰, quando há um corruptor no ambiente público, há também no ambiente privado. A não regulação do mercado acabou por gerar iniquidades e geração de monopólios (KLIKSBERG, 2003, p. 32-33).

Conforme Kliksberg, “o Estado sozinho não pode resolver os problemas, mas sua minimização agrava-os” (2003, p. 33). Amartya Sen trata da importância do Estado, segundo ele o custeio público não espera até que ocorram elevações monumentais nos “níveis per capita de renda real; funciona dando-se prioridade à provisão de serviços sociais [...] que reduzam a mortalidade e melhoram a qualidade de vida” (2000, p. 63-64). Além disso, segundo ele, países pobres tem mais facilidade de implantar políticas públicas de saúde e educação, pois estes são relativamente mais baratos nas economias mais pobres, onde os salários são mais baixos (SEN, 2000, p. 65). Por exemplo, o estado indiano de Kerala, através do

Sucesso do processo conduzido pelo custeio público realmente indica que um país não precisa esperar até vir a ser muito rico [...] antes de lançar-se na rápida expansão da educação básica e dos serviços de saúde. A qualidade de vida pode ser em muito melhorada [...] mediante um programa adequado de serviços sociais (SEN, 2000, p. 66).

Logo, com as informações supracitadas, é possível perceber o papel importante que um Estado pode ter, pressupondo uma ação bem gerenciada e transparente. Isso muitas vezes é esquecido em países da América Latina, um bom exemplo disso é o Brasil¹¹, onde o gasto

¹⁰ Interessante destacar aqui os dados do CEPAL com relação à percepção da população brasileira de que há um combate a corrupção no Estado: em 2003, eram 32% da população; em 2008 eram 46% da população; e em 2015 apenas 20%. Logo, conclui-se que não houve evolução significativa nessa área até 2015.

¹¹ Se analisados os dados de desconfiança que a população brasileira tem com relação às instituições políticas e o Estado, serão constatados números preocupantes. Em 1996 os que desconfiavam da atuação do Estado e das instituições políticas eram 66% da população, variando de ano a ano, até subir para 69% em 2002, caindo



público per capita em saúde era de 208 dólares, conseqüentemente, o mesmo aparecia no 125º lugar na lista de desempenho dos sistemas de saúde da OMS (KLIKSBERG, 2003, p. 35).

A falácia de maniqueização do Estado leva a diversas conseqüências concretas: “ao deslegitimar sua ação deixa aberto o terreno para sua debilitação indiscriminada e para o desaparecimento paulatino de políticas públicas firmes em campos cruciais como os sociais” (KLIKSBERG, 2003, p. 35). Para que isso se concretize é imprescindível reformar e melhorar a eficiência do Estado e combater a corrupção, porém, não se pode satanizar o Estado, mas “ir construindo administrações públicas descentralizadas, transparentes, abertas à participação comunitária, bem gerenciadas, com carreiras administrativas estáveis, fundadas no mérito” (KLIKSBERG, 2003, p. 36).

2.7 A incredulidade sobre a contribuição da sociedade civil

O pensamento econômico circulante tem passado a ideia de que a sociedade civil não é capaz de desempenhar papéis no processo de desenvolvimento e na resolução de problemas sociais. É interessante contemplar que esta falácia desarticula a própria democracia, uma vez que a sociedade civil e as organizações que realizam contribuições no campo social são a base de um país democrático. Como bem nos lembram Amartya Sen e Bernardo Kliksberg

A democracia [...] tem de ser vista não apenas em termos de cédulas e votos – por mais importantes que sejam –, mas primariamente em termos de “racionalidade pública”, inclusive a oportunidade para discussão pública e também como participação interativa e encontro racional. A democracia deve incluir, invocando uma frase de Jhon Stuart Mill, um “governo através da discussão” (SEN e KLIKSBERG, 2010, p. 54).

Esse “governo através da discussão” inclui, em suma, a sociedade civil e suas organizações. Instituições como Universidades e hospitais são exemplos de organizações importantes que têm, cada vez mais, recebido delegações para funções por parte do Estado e realizado um trabalho voluntário de grande valor ao mundo. Conforme nos diz Kliksberg, as instituições supracitadas “mobilizam milhares e milhares de pessoas que dedicam anonimamente consideráveis horas para levar adiante seus programas” (2003, p. 37).

consideravelmente para 47% em 2010 e subindo novamente para incríveis 73% em 2015 (CEPAL). Ainda mais alarmantes são os dados sobre a população brasileira que acredita em um bom gasto de dinheiro público, em 2003 eram 19%, em 2005 apenas 13% e em 2011 aumenta para 14%.



Na América Latina, a situação é especial, pois existe um imenso potencial de trabalho voluntário que, se fosse estimulado, poderia realizar grandes avanços nos campos sociais¹². O que não acontece, por conta da falácia da desvalorização da sociedade civil que acaba alimentando erros grosseiros nas políticas. Não há “apoios públicos firmes às iniciativas da sociedade civil de ação social e os incentivos fiscais são muito reduzidos”, além disso, “o movimento de responsabilidade social empresarial é fraco e as contribuições muito reduzidas” (KLIKSBERG, 2003, p. 38).

O que essa falácia acaba fazendo é fechar as portas para o ingresso do conceito de capital social, que seria o clima de confiança na sociedade e nos seus líderes, o grau de associatividade, a atitude quanto aos problemas coletivos, desde cuidar da limpeza de lugares públicos até pagar impostos, etc. O capital social é considerado importante, tanto que, “estudos [...] atribuem ao capital social e ao capital humano dois terços do crescimento econômico dos países e [...] impactos do capital social sobre a performance macroeconômica, a produtividade microeconômica, a governabilidade democrática, a saúde pública [...]” (KLIKSBERG, 2003, p. 38).

Logo, por traz da falácia sobre a incredulidade na sociedade civil, encontra-se uma rejeição mais ampla aos demais capitais, como o social (KLIKSBERG, 2003, p. 39). Por esta razão, é necessário que “se passe de uma democracia passiva para uma democracia ativa”, crescendo “as pressões públicas em favor de um Estado mais transparente, descentralizado e aberto”, logo, “começa a se mobilizar [...] o capital social da sociedade” (SEN e KLIKSBERG, 2003, p. 143).

2.8 Participação sim, mas não!

Os avanços da democratização, produto de longas lutas históricas dos povos, criaram condições de livre organização e expressão, trazendo a participação da comunidade de forma cada vez mais ativa na gestão de assuntos públicos (KLIKSBERG, 2003, p. 39). Na América Latina, o discurso tende a inserir as comunidades, reconhecendo a participação. Entretanto, o que se vê, na prática, é que a participação comunitária é muito reduzida, sendo predominantes os programas que são executados verticalmente, ou seja, o Estado sobre as pessoas

¹² Além disso, diferentemente dos dados citados anteriormente com relação à desconfiança no Estado, a população brasileira parece confiar nas pessoas. Segundo dados do CEPAL, a porcentagem de pessoas que declara confiar na maioria das pessoas era de 11% em 1996, 2% em 2001, 9% em 2008 e 7% em 2015.



(KLIKSBERG, 2003, p. 40). Os custos desta falácia são pesados, pois há um desperdício de energia que as comunidades têm que pode trazer bons resultados, pois

A comunidade multiplica os recursos escassos, somando a eles incontáveis horas de trabalho, e é geradora de contínuas iniciativas inovadoras. Além disso, a presença da comunidade é um dos poucos meios que previne efetivamente contra a corrupção. O controle social da mesma sobre a gestão é uma grande garantia a respeito que se perde ao impedir a participação. (KLIKSBERG, 2003, p. 40-41).

O divórcio entre o discurso e a prática é percebido pelos pobres, que se frustram e se ressentem com a situação, pois ficam limitados às possibilidades atuais, que programas com participação genuína poderiam trazer. Segundo Kliksberg, “o “sim”, mas “não” está baseado em resistências profundas a que definitivamente as comunidades pobres participem, que se disfarcem diante de sua ilegitimidade conceitual, política e ética” (KLIKSBERG, 2003, p. 41).

2.9 A esquiva ética

Na América Latina, é imprescindível começar a debater o que acontece com as consequências éticas das políticas: qual é o lado ético dos meios empregados, se é eticamente lícito sacrificar gerações, por que os mais fracos são sempre os mais afetados pelas políticas aplicadas em muitos países, entre tantos outros temas associados à ética¹³ (KLIKSBERG, 2003, p. 42). Em defesa da falácia, argumenta-se

Que é impossível discutir ética quando não há recursos. Entretanto, mais do que nunca, quando os recursos são escassos deveria debater-se a fundo sobre as prioridades. Nos países em que esse debate ocorre, os resultados costumam ser muito diferentes em termos de prioridades e de resultados sociais daqueles onde o assunto é evitado. [...] A discussão sobre as prioridades finais é a única que garante um uso socialmente racional dos recursos (KLIKSBERG, 2003, p. 42).

Não é possível que a parte que possui maiores riquezas na sociedade, ou maior concentração de renda, não se sinta moralmente responsável pela vida daqueles que têm pouco, que não possuem um bem-estar adequado, tampouco liberdade e capacidades suficientes para

¹³ Uma dessas questões éticas é a excessiva carga tributária que aflige o Brasil, ou seja, até qual quantia é justo subtrair da renda ou do consumo de uma família para repassar em forma de imposto ao Estado. Segundo dados do CEPAL, em 2003 61% da população brasileira achava que os impostos eram muito altos, em 2005 eram 71%, caindo novamente para 61% em 2007 e subindo em 2011 para 73%. Combinar estes dados com os dados de desconfiança no Estado, nas instituições políticas e no gasto do dinheiro público, gera, no mínimo, uma combinação preocupante.



busca-lo. É importante que a ética e a moral sejam os meios para derrubar a grande muralha das desigualdades.

2.10 Não há outra alternativa

Outra alegação clássica é que as únicas alternativas possíveis já estão sendo adotadas, ou que o único caminho é aquele que já está sendo seguido, logo, não seria possível buscar outros meios. Portanto, os problemas sociais que estes criam são inevitáveis. Entretanto, “parece demasiadamente complexo o desenvolvimento, para que se acredite que só existe um único caminho” (KLIKSBERG, 2003, p. 43).

Há um grande clamor por mudanças nas regras do jogo nos países em desenvolvimento. A falácia de que não há alternativa é insustentável na América Latina atual, um exemplo disso é que o crescimento econômico em países onde a distância entre ricos e pobres é menor e o governo faz investimentos em equidade, reforma agrária, impostos progressivos, etc. é maior (KLIKSBERG, 2003, p. 44). Como bem afirma Kliksberg,

Por um lado, no plano internacional, como se vê, começa a haver uma cada vez mais ativa busca de alternativas diferentes. Por outro lado, há no cenário histórico presente países que obtiveram desempenhos altamente bem-sucedidos nos planos econômico e social, seguindo alternativas diferentes do pensamento econômico ortodoxo preconizado na região; temos, entre eles: Canadá, vários países do sudeste asiático, [...], Noruega, Suécia, Dinamarca (KLIKSBERG, 2003, p. 44).

A população latino-americana não aceita a falácia de que não há alternativa senão a que vem nos conduzindo a altíssimos custos sociais e desencanto. Aos poucos o desejo de mudança vai tomando conta da sociedade, desejo este que levou outros países no mundo a melhores índices sociais, que, respeitando as singularidades de cada país, levando ao desenvolvimento com equidade, onde as evoluções econômicas e sociais andam juntas (KLIKSBERG, 2003, p. 45). Isso implica em impulsionar projetos nacionais que, entre outros, estimulem:

A integração regional, que pode ser um poderoso instrumento para o fortalecimento econômico da região e sua reinserção adequada no sistema econômico global; o impulso vigoroso a pequena e média empresa; a democratização do acesso ao crédito; o acesso a propriedade da terra para os camponeses; uma reforma fiscal orientada para uma imposição mais equitativa e a eliminação de evasão fiscal; a colocação ao alcance de toda a população da tecnologia informática; a universalização da cobertura em saúde; a generalização de possibilidades de acesso à educação pré-escolar e da conclusão do ensino fundamental e médio, e o desenvolvimento do sistema de educação superior; o apoio a pesquisa científica e tecnológica; o acesso de toda a população à água potável, saneamento e eletricidade; a abertura de espaços que permitam a participação maciça na cultura (KLIKSBERG, 2003, p. 45).



Uma nova visão que passa a ganhar força amplia totalmente às dimensões que nos dizem se uma sociedade está realmente progredindo ou não, incluindo, além dos indicadores econômicos comuns, aspectos que tem a ver com o desenvolvimento social, desenvolvimento ambiental, acesso a cultura, expansão das liberdades e construção de valores de cidadania (SEN e KLIKSBERG, 2010, p. 140).

Para seguir este caminho será necessário adotar um Estado mais ético, que adote os princípios da transparência e responsabilidade, passando a agir de forma descentralizada e sempre favorecendo, negociando e dando suporte para a sociedade civil, sempre valorizando as comunidades mais carentes. Também é de suma importância desenvolver um empresariado responsável, que se preocupe com a sociedade e desenvolva programas de auxílio, que visem estimular o capital social. Estas são apenas algumas das formas que podem, certamente, ajudar a América Latina a progredir (KLIKSBERG, 2003, p. 45-46).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não fica difícil perceber o mal que algumas convicções podem trazer para um país. Falácias que ficam impregnadas no imaginário da população acabam por prejudicá-la de diversas formas, mas principalmente, induzindo o Estado a políticas errôneas e obstruindo as atividades da sociedade civil e a participação das comunidades mais pobres na elaboração e manutenção de políticas públicas. Também é interessante destacar que, apesar do livro de Bernardo Kliksberg ser de 2003, suas constatações são atuais e mostram problemas que persistem até hoje.

É necessário que se de início, imediatamente, à políticas públicas com um viés não apenas de desenvolvimento apenas econômico, que é muito importante, mas também de desenvolvimento social. O investimento no capital social é importante para a economia de qualquer país. A elaboração, manutenção e renovação de políticas públicas referentes à saúde, educação, saneamento básico, água potável, acesso à cultura, limpeza do local público, etc. deve ser uma prioridade.

É necessário, por fim, que as relações de um país sejam menos verticais, onde o Estado fica sobre as pessoas, e mais horizontal, onde as pessoas interagem umas com as outras, juntamente com o Estado, de forma igualitária. Uma defesa da ética entre as pessoas, uma relação de enxergar o próximo como irmão, pode trazer benefícios concretos há uma sociedade. Em suma,



é necessário que sempre se preze, sem exceção, pelos valores democráticos, principalmente a liberdade, a igualdade e a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 175p.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 371 p.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL. División de Estadísticas y Proyecciones Económicas. CEPALSTAT. **Estadísticas e Indicadores Demográficos y Sociales**. Santiago de Chile. Disponível em: <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e>. Acesso em: 22 ago. 2017.
- SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 404 p.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.
- SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 301 p.